

INTELECTUAIS, CULTURA E POLÍTICA NA ARGENTINA¹

Silvia Sigal

RESUMO

O artigo discute as conexões entre os intelectuais e o poder na Argentina, indagando sobre o lugar que os intelectuais ocupam no mundo político e o lugar ocupado pelo político no mundo intelectual. O artigo conjuga à reflexão sobre as relações historicamente existentes entre estas duas esferas, a análise dos discursos e das práticas fundados na detenção de um saber que autoriza os investimentos no sentido de intervenção política. Evidenciando, por esse intermédio, a vulnerabilidade da diferenciação entre as esferas sociais e a constituição de um *campo cultural periférico*.

PALAVRAS-CHAVES

Intelectuais. Campo cultural. Argentina. Estado e política.

ABSTRACT

The paper discusses the connections between intellectuals and the power in Argentina, inquiring about the place that intellectuals occupy in the political world and the role played by politicians in the intellectual's world. It presents a reflection on the historically existing relations between these two spheres, and also the analysis of discourses and practices grounded by the possession of knowledge that allows investments on political intervention. Showing, by this means, the vulnerability of the differentiation between social spheres and the establishment of a *peripheral cultural field*.

KEYWORDS

Intellectuals. Cultural field. Argentina. State and politics.

1 Intelectuais e política

A crise da ditadura militar trouxe consigo a necessidade de refletir sobre a sociedade argentina e sobre as modalidades de instauração de um sistema institucional representativo estável. A primeira derrota do peronismo em uma eleição livre transformou, logo a seguir, o contorno da estrutura política tradicional. Os intelectuais argentinos não assistiam somente ao ocaso de uma ditadura selvagem, mas tinham diante de si um novo espaço que lhes oferecia uma legitimidade relativamente inédita de intervenção pública. De outra parte, o governo radical ofereceu postos de decisão a grupos intelectuais progressistas provenientes das ciências sociais, e o movimento peronista, que parecia empreender uma renovação, também lhes abriu suas portas. Não foi, então, por acaso que esses mesmos intelectuais tenham se reunido para se interrogar sobre sua história:

Iniciemos esta conversa refletindo acerca de um fato que parece irrefutável: na Argentina, ao contrário do que acontece em outros países, como Brasil e México, por exemplo, existe tradicionalmente certa desconfiança tanto da sociedade civil quanto do Estado sobre a função dos intelectuais na política. Uma amostra dessa desconfiança encontra-se na sua escassa absorção por parte das distintas organizações da sociedade civil (sindicais, empresariais, partidos políticos, etc.) e na ausência de espaços no interior do Estado que permitam a formação e a incorporação de intelectuais voltados a pensar e investigar a realidade nacional (CANITROT ET AL, 1985, p. 4).

Esta observação, formulada em tom de evidência, permite introduzir a ideia que nos serve de ponto de partida: não é certo que tenham existido relações verdadeiramente diretas, seja entre intelectuais e o Estado ou a política, seja entre a produção intelectual e o campo dos debates políticos.

No entanto, isso implicaria excluir a Argentina das proposições que enfatizam a importância dos intelectuais na América Latina? Caberia concluir de sua débil influência sobre o Estado e sobre os grandes partidos que os intelectuais argentinos mantiveram-se à margem da política? Sendo assim, como dar conta da importância do movimento da Reforma Universitária de Córdoba, que sob diferentes formas deixou marca duradoura não somente na Argentina como também na orientação de camadas intelectuais da América Hispânica? Como explicar a presença, certamente intermitente, de pensadores nacionalistas de direita em gabinetes militares e, mais ainda, a difusão de certa visão da história argentina que se constituiu desde o início em programa político? Por último, que lugar atribuir aos intelectuais politizados que, nos anos setenta do século XX, proporcionaram boa parte dos lemas usados na mobilização da juventude e na ação dos grupos armados?

Essas interrogações sobre *o lugar dos intelectuais na política* são inseparáveis de outra: qual foi *o lugar do político para os intelectuais*?

2 Um olhar retrospectivo

Nossa afirmação inicial deve ser matizada já que, se durante boa parte do sécu-

1. Este artigo foi traduzido por Eliana Tavares dos Reis e revisado por Letícia Nedel, com leitura final da própria autora, do original "Intelectuales Cultura y Política", introdução ao livro *Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta* de Silvia Sigal (Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002).

lo XX os intelectuais argentinos não chegaram a se inscrever duradouramente nas instituições políticas, pouco se entenderá da história política argentina e de sua construção como nação se esquecermos da importância excepcional que tiveram grupos de pensadores na conformação da sociedade e no desenho institucional do Estado. Se a fraca diferenciação das esferas de atividade pública dificulta considerá-los intelectuais no sentido moderno do termo², tanto na geração de 1837 como na elite ilustrada dos anos 80 encontram-se homens que atribuem a si mesmos este poder espiritual laico do qual fala Paul Bénichou (1996), e se afirmam como legisladores do social. Sobre a primeira, Halperín Donghi (1982, p. 7) diz:

A fama argentina reside em que somente aliria parecer realizada uma aspiração muito compartilhada e muito constantemente frustrada no resto da América Hispânica: o progresso argentino é a encarnação no corpo da nação do que começou por ser um projeto formulado nos escritos de alguns argentinos, cuja única arma política era sua superior clarividência.

A partir de perspectivas muito diferentes, autores como J. Friedmann (1960) ou A. Touraine (1988) sublinharam, para os países “em desenvolvimento” e especialmente para a América Latina, o papel dos intelectuais na construção de mitos unificadores e na elaboração da identidade coletiva. Também na Argentina, grupos de escritores contribuíram para forjar a maneira como a socie-

dade viu a si mesma. Nesse sentido, foi imprescindível o que bem se poderia chamar de invenção de uma ordem, cujo elemento decisivo era a ideia de vazio social. E efetivamente, em uma região de fronteira, afastada dos centros da administração colonial, a ausência de uma população indígena densa e organizada tornava plausível a imagem de um território que devia ser povoado, justificando a fórmula segundo a qual governar era povoar. Peça constitutiva do imaginário argentino, a noção de “deserto” autorizava a construção intelectual *ex nihilo* de uma nação nova. Não chegou, no entanto, a apagar a denegação inicial das populações indígenas, mas levou a contrapor o projeto romântico de desenho de Estado e de sociedade aos temores de retorno a uma barbárie originária. Os conflitos sociais e políticos foram decifrados, durante muito tempo, nos termos da alternativa entre civilização e barbárie³.

No final do século XIX, como se sabe, a integração da economia argentina a um mercado mundial em expansão permitiu uma modernização e um crescimento acelerados. Situação excepcional a ponto de levar o presidente Juárez Celman a dizer, em 1884, que “é preciso ser tonto para não governar bem nestes tempos”⁴. A criação do arcabouço institucional, legal e administrativo do Estado nacional foi produto da vontade deliberada e consciente de um grupo que, assinala Jorge Sábato (1988), adiantou-se às necessidades da época: em grande medida a organização do Estado nacional argentino precedeu e foi condição pa-

2. Também parece pouco apropriado, quando se pensa em nomes tão importantes como os de Sarmiento ou Mitre, adotar o critério proposto por Annick Lempérière (1992, p. 19) para os intelectuais mexicanos: “se trata de civis, não militares”.

3. Para um estudo da continuidade desta antinomia na cultura política argentina, ver Svampa (1994).

4. Carta de M. Juárez Celman à Eduardo Wilde, de junho de 1884, citada por D. Viñas (1983).

ra que se formasse a economia e a sociedade que logo haveriam de sustentá-lo⁵. Se “esta noção básica, a da soberania da classe letrada”, com a qual Halperín caracteriza a geração de 1837, não estava destinada a perdurar, perdurou, no entanto, uma confiança na racionalidade do progresso que levou ao reconhecimento do saber como uma fonte de legitimação das decisões.

O projeto modernizador contava completar as bases da Argentina pela integração cultural das massas de imigrantes que havia convocado. O tempo e a educação, chaves da integração social⁶, colocaram em primeiro plano a construção de uma história e de uma cultura argentinas. O ensino obrigatório e laico havia sido instaurado em 1884 e, no início do século, o Conselho Nacional da Educação realizava avaliações convergentes quanto à necessidade de outorgar à educação primária a função de “criar o sentimento da nacionalidade”. O conhecimento da história argentina, e mais, um minucioso culto patriótico, contribuiriam para inculcar essa cultura nacional que a criação de uma cátedra de literatura argentina, em 1913, assegurava. A lei de sufrágio universal para os cidadãos argentinos, por fim, devia completar o processo de integração no plano político. Mais do que a inquietude acerca da existência de um “ser argentino”, sobressai nesses anos a decisão deliberada de inculcar “a argentinidade”. A revolução russa e a aparente caducidade das sociedades europeias depois da guerra irão proporcionar aos intelectuais progressistas e às esquerdas emergentes um modelo com-

plementar de progresso. Nem por esquadriñar a trama da argentinidade cabe nele a inquietude de saber se “somos uma nação”.

Tampouco a crise de 1890 ou as sacudidas provocadas pela Grande Guerra chegaram a colocar seriamente em questão a legitimidade do programa liberal, ao qual subcreviam também aqueles que, de um modo ou de outro, denunciavam a ordem social existente: o Partido Socialista, as organizações operárias, o movimento estudantil universitário. Durante décadas, o progresso constituiu a garantia ideológica da unidade social, enquanto valor coletivo central sujeito a interpretações sociais. É certo que quando a presença significativa dos estrangeiros e os conflitos operários organizados por sindicatos de imigrantes pareceram ameaçar a ordem, os que falavam a partir de um saber científico sobre a sociedade – o positivismo, o darwinismo social ou a psicologia das massas – vão assumir a defesa da identidade coletiva, encontrando a possibilidade de propor, como elite dominante do início do século, medidas para ordenar e encaminhar essas inquietantes massas urbanas. No fim dos anos 1920 surge um nacionalismo elitista que denuncia a invasão da língua e a degradação de costumes pelos imigrantes, estes os novos bárbaros que passam a ocupar o lugar dos índios na representação das margens do social. Mas é a presença simbólica das massas urbanas no governo de Hipólito Yrigoyen o que permite fixar o nascimento de uma verdadeira direita nacionalista no plano político, influenciado pelas doutrinas em expansão na Europa. Avança

5. Jorge Sábato (1988, p. 163) complementa que, ao contrário dos Estados Unidos, “o estado nacional argentino foi predominantemente construído de ‘cima a baixo’ para abrir espaço a uma sociedade capitalista, aberta e democrática, que ainda não existia”.

6. A educação, como grifa Terán (1987, p. 11), foi a resposta do positivismo ao problema da integração e da unificação nacional, assim como à não menos importante questão das “classes perigosas”.

no espaço cultural da época um nacionalismo restaurador, nem sempre independente da crescente influência da Igreja. A criação, em 1922, dos “Cursos de cultura católica”⁷ e, logo, o surgimento de *Criterion*, consagrada a desenvolver uma crítica cultural antiliberal, marcam o fim da discrição que a Igreja vinha mantendo desde a sua derrota frente a Roca. O Congresso Eucarístico de 1934, por fim, consagrou sua importância política. Afirmam-se, então, enfaticamente, valores nacionais associados à herança espanhola, à religião e à manutenção de uma ordem social que estaria ameaçada pela chusma yrigoyenista e os maximalistas estrangeiros. Intelectuais de orientação diversa – católicos, aristocráticos, fascizantes – proclamam seu direito de conduzir uma sociedade que, deixada a si mesma, correria para a desagregação e o caos. Associados a elites militares, estes intelectuais conseguirão, episodicamente, inserir-se no Estado⁸. Representante por excelência desses intelectuais, Leopoldo Lugones se perguntava então: “Quem designará as pessoas idôneas que devem nos governar?”, e respondia: “As pessoas idôneas, naturalmente”.

A crise de 1930 teve efeitos decisivos. Se a prosperidade permitira a uma ideologia modernizadora associar, sem contradições maiores, “nação” e “progresso”, no momento em que o projeto da elite argentina esgotou-se – convertendo-a em elite domi-

nante mais que dirigente – os dois termos se dissociaram. Os intelectuais inscreveram-se então em campos ideológicos e políticos distintos, um nacionalista e o outro liberal⁹. Confirmando as dúvidas provocadas pela Grande Guerra, 1930 afetou seriamente a convicção em um progresso inacabável, infligindo a primeira ferida narcisista na representação que a sociedade tinha de si mesma. A partir de então a “questão nacional” toma outros rumos. Frente às interrogações que a época suscitava – década de fraude política, mas também de crescimento capitalista e de transformações sociais – intelectuais da estatura de Martínez Estrada, muito distante do nacionalismo elitista defensivo, expressaram suas inquietações a respeito da identidade coletiva, incluindo-se na linha de pensadores latino-americanos que buscaram na conformação do país a origem dos males que afetavam a nação.

Até fins da segunda década do século XX as tarefas de construção nacional pareciam, senão terminadas, ao menos não tão urgentes. Apesar de também aqui a história não admitir primeiras páginas, não será totalmente arbitrário escolher as eleições de 1916 como o início do esgotamento de uma etapa durante a qual os intelectuais ocuparam um lugar importante no desenho das instituições. E não será certamente a bandeira da integração através da justiça social aquela que poderá oferecer um alicerce

7. Que introduziram autores como Maritain, Claudel, Charles Péguy, Chesterton e Ramiro de Maeztu.

8. “Intelectuais em busca de uma organização e de um General, e oficiais politizados que com certa condescendência escutavam hoje este e amanhã aquele escritor: esta situação foi a pauta básica no movimento nacionalista” (BUCHRUCKER, 1987, p. 119).

9. Análogos, *et pour cause*, aos dois tipos de intelectuais que Winock (1996, p.10) identifica a partir do caso Dreyfus: “o universalista e seu contrário, o nacionalista; o primeiro se compromete em nome da moral e dos princípios humanitários, o segundo em nome de uma nação ameaçada”. Porém, se na França os intelectuais nacionalistas de direita terão um peso sobre a intelectualidade dos anos vinte e trinta cuja magnitude às vezes se esquece, na Argentina sua influência ficou limitada, num primeiro momento, aos círculos militares e frações da elite.

a essa intelectualização da cultura política – o que, no caso chileno, torna válido afirmar “que intelectualização e preponderância dos intelectuais na política são quase sinônimos” (FLISFISCH, 1985, p. 15).

Tudo acontece como se, uma vez acabada a fase da construção da nação, houvesse terminado a missão reconhecida da inteligência. A ideia de progresso tinha conferido unidade e legitimidade social aos intelectuais enquanto arquitetos da nação, e ambas foram minadas pela crise do consenso liberal. Depois disso, haverá poucos intelectuais a quem, apagando-se a fronteira entre “intelectuais” e “políticos”, seja reconhecida a missão de legislar sobre a sociedade. Com a abertura do sistema político encerra-se um período dentro do qual grupos de intelectuais pertencentes à elite política tiveram vastas oportunidades de influência. O lugar que haviam ocupado para a criação da base institucional estava agora em mãos da nascente classe política argentina. Constituída a partir do sufrágio universal, esta classe política desloca as elites ilustradas de boa parte dos postos de poder estatal, ao passo que os partidos, obrigados a tecer novas redes clientelistas e organizar os aparatos requeridos pela extensão de suas estruturas em escala nacional, parecem não necessitar do aporte dos letrados. Será naturalmente incorreto concluir que os “políticos ilustrados” foram excluídos de toda responsabilidade política, mas se pode afirmar que, com a transferência da direção do Estado aos grandes partidos – e à alternância entre estes e as direções militares –, os intelectuais entram em relativo ostracismo político.

3 Intelectuais e campo cultural: duas perspectivas distintas

Tanto o termo “intelectual” quanto o de “*intelligentsia*” foram objeto de uma multi-

plicidade de definições. Não é nosso propósito, nem nos parece necessário ao nosso objetivo, eleger uma delas ou aplicar algumas das definições que se propõem a distinguir um intelectual de quem não o é. Se a educação é um critério importante, já que determina a competência indispensável para elaborar e difundir categorias simbólicas complexas, nem a produção criativa, nem o reconhecimento em alguma das disciplinas culturais serão considerados pré-requisitos na escolha de nossos intelectuais. E menos ainda que eles, os intelectuais, se reconheçam como tais e assumam essa identidade no espaço público: a Argentina não é um país onde o termo tenha gozado da boa reputação que teve em outros países latino-americanos. Está claro, por último, que substituir a pergunta *o que é um intelectual?* por esta outra: *o que é um bem cultural?*, em que pese levar a distinções sedutoras por sua nitidez, não traria respostas satisfatórias.

Porém, a variedade de definições disponíveis reflete toda uma diversidade de usos de sentido comum. Convém, pois, delimitar nossa zona de observação explicitando nosso objeto: mais que a evolução ou natureza das ideias, interessam-nos, por um lado, as conexões entre esfera intelectual e esfera política e, por outro lado, discursos e práticas que se apoiam na posse de um saber para legitimar pretensões de intervenção na esfera política. Assim, não consideramos os intelectuais enquanto criadores, educadores ou profissionais, mas como produtores e agentes de circulação de noções comuns, concernentes à ordem social (BOURRICAUD, 1980).

Isso suscita duas dificuldades simétricas e opostas. A primeira surge diante de textos, atores ou práticas que se colocam exclusivamente em um terreno cultural, sem implicações políticas visíveis; a segunda, quando priorizam enunciados políticos que parecem

escapar a relações de poder culturais. Nosso critério, pragmático (e que não pretende oferecer uma resposta geral), levou-nos a excluir os letrados plenamente integrados em suas profissões; isto é, os casos em que as regras internas pesam mais que a responsabilidade com respeito a valores sociais e, no outro extremo, os militantes que obedecem a regras partidárias em grande medida análogas às que regem as profissões. No entanto, é necessário reconhecer que empiricamente o trabalho não foi árduo, já que quem se proclama político invoca com frequência um saber ilustrado por reflexões cuja sofisticação não deixa nada a dever às mais elaboradas análises teóricas.

Essas considerações não supõem, porém, esquecer o teor ideológico das obras dos letrados – que outras leituras, contemporâneas ou não, podem atribuir ao político. Existe sempre uma dupla leitura virtual pela qual um elemento de um campo cultural pode ser elemento significativo do espaço ideológico ou político. Por consequência, seria equivocado concluir que um bem cultural é *por natureza* alheio ao político ou ideológico. Tampouco um olhar sincrônico poderia decidir quem são ou não os “produtores ou agentes de circulação de noções comuns que concernem à ordem social”, pois um olhar retrospectivo estará sempre autorizado a avaliar suas consequências sobre o humor ideológico ou a cultura política de uma sociedade. A noção de “intelectual comprometido”, portanto, será neste texto mais uma modalidade de identidade assumida pelos intelectuais do que uma categoria de análise. Em suma, distinguir essas duas esferas, uma especificamente cultural e a outra antes de tudo política, dotadas de princípios e regras de funcionamento que lhes são próprias, não supõe ignorar as especificidades dos “intelectuais puros” e

dos “intelectuais politizados”: existem diferenças substanciais entre o saber sobre a sociedade que sustenta uma militância política – a dimensão letrada dos militantes –, e as consequências ideológicas de uma atividade organizada em torno do conhecimento – a dimensão ideológica dos letrados.

Talvez a essa altura nos pudessem objetar a insistência em utilizar, à custa de tantos esclarecimentos, o termo “intelectual” livre de qualquer outro complemento vocabular, e nos fosse sugerida a agregação de algum adjetivo que o precisasse – ou a invenção de outro termo pelo qual, como Humpty Dumpty, empenháramos algo a fim de dizer o que queremos. Seria uma objeção justa e nossa dupla desculpa seria a de respeitar a familiaridade de uma tradição, visando não constranger os vocabulários com apelativos indigestos. Que nos seja, então, escusado eleger como intelectuais os letrados que vinculam conhecimento a valores coletivos, associação que se pode ler nos seus discursos ou na classificação que outros atores fazem deles. A posição de intelectual depende tanto da decisão individual de assumir esse papel como do *sentido* político passível de ser assumido pelas práticas culturais. Não se trata, como se vê, de uma definição universal, mas do balizamento de um conjunto sempre em aberto. Queríamos com isso evitar as legítimas censuras de Raymond Williams (1981, p. 201) a definições de intelectuais, por constituírem “[...] em primeiro lugar, uma falsa especialização a partir de um corpo mais geral de produtores culturais e, em segundo lugar, uma extensão equivocada de um tipo de formação cultural a uma categoria social geral”.

Dizíamos não interessar aqui uma definição útil para classificar e avaliar quantitativamente os intelectuais argentinos, mas tão somente para analisar suas relações com

o político. A reiterada interferência do poder político nas instituições culturais argentinas justifica tomar como ponto de partida a distinção entre a esfera política e a esfera cultural, entendidas como sistemas claramente diferenciados, podendo-se, desta forma, examinar a relação entre ambas. É porque a teoria dos campos elaborada por Pierre Bourdieu se propõe a distingui-las que nos serviremos dela, apesar de muito livremente, para compreender o modo específico de funcionamento de instituições intelectuais em uma sociedade na qual a coerção política foi mais que frequente.

Se por um lado nossa narrativa inicia posteriormente à dissolução das modalidades típicas de dependência da cultura em relação ao poder político, econômico ou religioso, outras formas de imbricação fizeram-se evidentes, uma vez que sucessivos governos deram-se como objetivo controlar instituições e atividades intelectuais. A análise dos efeitos das políticas governamentais sobre a cultura exige observar comportamentos, obras ou instituições em função de seu pertencimento a um campo dotado de regras próprias, e contemplar o político como *exterior* a ele. Somente por um aparente paradoxo então é que precisamente as noções forjadas para estudar a autonomia do campo cultural sejam as que melhor permitem compreender, na Argentina, as relações entre cultura e política, assim como as tensões que definem suas fronteiras.

Pois bem, ao considerar que os campos só passam a existir como tais, a partir do

momento em que adquirem autonomia, este enfoque supõe, por definição, a distinção intrínseca entre relações culturais e relações políticas. Uma de suas consequências é, portanto, a inevitável tradução dos conflitos intelectuais – mesmo aqueles enunciados em termos políticos ou ideológicos – como estratégias de luta pelo poder cultural¹⁰. Por conseguinte, fica obscurecida a especificidade política dos conflitos intelectuais. A mesma ótica que possibilita examinar as relações entre esfera política e esfera cultural encobre o lugar do político para os intelectuais e, neste sentido, sua singularidade como atores sociais¹¹.

Em suma, em uma sociedade como a Argentina, na qual as instituições intelectuais interessam com tanta frequência aos governos, faz-se indispensável examinar a interação entre cultura e política vistas como esferas separadas. Mas é necessário ao mesmo tempo distinguir esta análise de outra, interessada nos intelectuais, cujo ponto de partida é exatamente o oposto: o caráter misto do cultural e o político. Sem deixar de reconhecer a importância da dinâmica do espaço cultural, esta segunda perspectiva nos permitirá seguir o itinerário político e ideológico de grupos intelectuais. Distinção necessária, dado que campo cultural e intervenção intelectual no político são noções que pertencem a problemáticas diferentes, e respondem a perguntas igualmente diferentes.

Em havendo escolhido como via de entrada o exame dos debates empreendidos

10. A conhecida análise de Pierre Bourdieu sobre a polémica entre Picard e Barthes em torno de Racine é, a esse respeito, emblemática. Se, por um lado, há uma elucidação da trama do campo cultural que explica a controvérsia, por outro lado, o conteúdo dos argumentos esgrimidos se desvanece, dado que estes são percebidos como estratégias culturais.

11. Talvez por isso P. Bourdieu (1993, p. 186) nos advirta que “ainda que sejam amplamente independentes *em seu princípio*, as lutas internas dependem sempre, *em seu desenlace*, da correspondência que podem ter com lutas externas – sejam lutas no interior do campo do poder ou no campo social em seu conjunto”.

por grupos de intelectuais em torno de seu papel na sociedade e na política, parecer-nos, se não sempre mais confortável, certamente mais frutífero, partir de uma dupla mirada - atenta, por um lado, à relação entre campo político e campo cultural e, por outro lado, à figura específica dos intelectuais como atores. Um olhar supõe a diferenciação entre política e cultura, o outro a existência de alguma combinação entre ambas. O primeiro analisa as condições de coerência de um campo cultural, o segundo a difícil gestão de uma situação e de um projeto, de uma profissão e de uma vocação.

4 O campo cultural e suas instituições

É possível, apesar da exigente conceitualização de campo cultural¹² elaborada por Pierre Bourdieu, identificar para algumas disciplinas e profissões na Argentina “instâncias de consagração estáveis”, “interesses específicos em jogo” ou “relações de força, entre agentes competentes, pela distribuição do capital cultural” – para citar alguns dos traços constitutivos propostos por aquele autor. Na literatura, as rupturas vanguardistas parecem manifestá-los (como aquela empenhada em “*torcer el cuello del cisne*” modernista), tanto quanto as estraté-

gias de rechaço ou a reivindicação de legitimidades alternativas. Os conflitos com implicações políticas não escaparam à lógica do campo; recordemos os debates sobre a “apropriação” de Roberto Arlt entre *Contorno* e o Partido Comunista¹³ e as vicissitudes da figura de Borges, alimentadas por suas posições políticas¹⁴, entre os intelectuais de esquerda e os nacionalistas. Estas foram desde o desprezo por “*la nadita*” até o reconhecimento geral. Por sua vez, a conexão entre a elite política e as instituições hegemônicas do campo literário – a revista *Sur*, o suplemento literário de *La Nación* – facilitaram os “golpes duplos”, artísticos e políticos, dos jovens escritores dos cinquenta e sessenta. Recusar-se a publicar em *La Nación* tornou-se signo de identidade da geração de escritores consagrada pelo *boom* dos sessenta, e ainda recentemente certos intelectuais socialistas rechaçaram toda a participação orgânica na revista *Vuelta* (a já extinta versão argentina), menos devido à presença de Octavio Paz que à do jornal dos Mitre¹⁵.

Existem, contudo, disciplinas e instituições que escapam a uma descrição em tais termos e que são cruciais para o estudo dos nossos intelectuais: disciplinas como a Sociologia ou a História; instituições como as

12. Basta uma citação para mostrar o grau dessa exigência: “[...] o sistema das instâncias de conservação e de consagração cultural cumpre, no sistema de produção e de circulação de bens simbólicos, uma função homóloga a da Igreja [...]. Assim, é com naturalidade que Sainte-Beuve, junto com Auger, a quem cita, recorrem à metáfora religiosa para expressar a lógica estruturalmente determinada da instituição de legitimação por excelência, a Academia Francesa [...]” (BOURDIEU, s/d, p. 27).

13. Aos textos de Viñas (1954) sobre “Arlt y los comunistas”, publicado em *Contorno*, e de Oscar Masotta, publicado na revista *Centro*, num. 13, Pedro Orgambide (1959) responde com o artigo “Izquierda y facilidad”, publicado na *Gaceta Literaria*.

14. O tortuoso itinerário da figura pública de Borges se reflete nas respostas a uma enquete que realizamos em 1984 com 140 intelectuais de diferentes profissões. À pergunta: “Quais foram os intelectuais ou criadores que consideras mais influentes na vida pública argentina entre 1958 e 1972?”, David Viñas, parafraseando a famosa réplica, responde “Borges, hélas!”; Jorge Feinmann, por sua vez, relata que no princípio dos setenta “gostava de Borges, mas o dizia em voz baixa”.

15. N.T. B. Mitre foi fundador do jornal *La Nación*, que começou a circular em janeiro de 1870.

universidades. Pois bem, não interessa aqui registrar uma “distância”, uma espécie de defeito em relação a um modelo teórico de campo cultural, mas sim utilizar elementos desse modelo para analisar, precisamente, a tensão entre os fatores que favorecem a autonomia cultural e aqueles que tendem a dissolvê-la. Não falaremos, por isso, de campos “incompletos”, mas de sua fragilidade; da vulnerabilidade de suas instituições e do caráter tão frequentemente misto de intelectuais implicados ao mesmo tempo nos valores de sua disciplina e nos de um campo ideológico-político mais amplo.

Com efeito, fica difícil encontrar no que retrospectivamente se pode chamar de ciências sociais itinerários análogos ao seguido pela literatura. Vejamos o caso dos estudos históricos. Existiram, naturalmente, tendências diferenciadas e frequentemente antagônicas na literatura, mas a historiografia mostra uma fratura que parece difícil – e inútil – dissociar de seus efeitos sobre a leitura política do presente. Depois de 1930, a pergunta de Sarmiento – “Somos uma nação?” – volta a ser colocada por razões diferentes, mas não menos graves. Já desde o início do século os debates em torno da questão nacional – formas linguísticas, estilos, temas –¹⁶ puderam ser manejados quase sempre dentro do campo literário. Diferente disso, o passado argentino foi objeto direto de enfrentamentos políticos, ocorrendo aí, então, algo distinto de revisões historiográficas parciais ou contrastantes acerca de acontecimentos e personalidades. Construíram-se dois panteões paralelos e perfeitamente opostos, onde cada elemento se inseria em uma linha coerente: “civilização”, liberal, e “nacionalismo”, popular ou reacionário. À versão canô-

nica da história argentina opôs-se um “revisionismo histórico” nacionalista sustentado em aportes de qualidade dispar, desde Irázusta até Eduardo Astesano. Os dois corpos de interpretação do passado argentino não chegaram a se integrar em um campo de reconhecimento mútuo. Pelo contrário, tanto sua força como sua incompatibilidade se nutriram da simbiose entre orientações políticas e leituras da história.

A fratura entre as duas historiografias, alimentada pela sistemática vontade do revisionismo de inverter toda a significação que houvesse sido atribuída pela história convencional a eventos ou atores do passado, é incompreensível se reduzida ao corte – por outra parte real – estabelecido pelo campo profissional. Até porque, se a história argentina foi transcrita segundo uma retícula política, a política, por seu turno, legitimava-se de acordo com um sentido histórico pré-constituído. Alguns exemplos bem conhecidos mostram esse recurso à história para fundar o político. A reforma de 1918 proclamou o retorno a maio de 1810. Em setembro de 1955, com seu “nem vencedores nem vencidos”, o chefe conciliador que havia derrotado Perón citava a quem havia vencido Rosas em Caseros, em 1852. E foi em nome da “linha Maio-Caseros” que os novos governantes de novembro de 1855 empreenderam a liquidação dos rastros dos anos peronistas. Já de saída o peronismo foi inscrito na estrutura seriada do imaginário argentino. O paralelo entre Rosas e Perón está em poemas de Alberto Girri e de Borges, em contos de Cortázar e Bioy Casares. O populismo recorreu, como seria de esperar, também frequentemente a estas operações; porém, como seria igualmente possível supor,

16. Recordemos aqui somente as transformações do lugar outorgado aos estrangeiros: civilizadores frente a crioulos bárbaros, ou gringos destruidores dos valores descobertos no *gaúcho*.

diferencia-se pela inclusão de nomes da cultura junto aos políticos. Com as cargas positivas e negativas invertidas, a mesma estrutura cíclica está presente em Jorge Abelardo Ramos quando alinha, por um lado, “o imperialismo, Urquiza, Mitre, a oligarquia liberal e a cultura europeizada – *Sur, La Nación, Ocampo, Mallea, Borges*” – e, de outro lado, “a Emancipação, Rosas, os caudilhos federais de província, a revolução proletária e popular, Perón, a consciência nacional e a literatura americana popular e revolucionária – Hernández, Gálvez, Quiroga”. Em 1973, em plena batalha pelo controle do governo peronista, *El Descamisado*, periódico da esquerda peronista, decidiu publicar uma história do país em quadrinhos. Assimilando os “Juan Montonero” de 1973 aos “Juan sem nome” que lutavam nas invasões inglesas, essa esquerda foi buscar sua legitimidade política no alvorecer da Nação. E se recorda que Carlos Menem fez sua campanha com costeletas semelhantes às de Facundo Quiroga, semelhança retomada em cartazes com os dois rostos e a menção “ontem” e “hoje”¹⁷. A recuperação da história pela política é um fenômeno duradouro, que deve tanto à cisão do campo historiográfico como à fragilidade dos princípios de legitimidade propriamente políticos.

Embora a sociologia tenha tido repercussões muito menos visíveis sobre a imagem que a sociedade foi tendo de si mesma, sua evolução como disciplina depois de 1955 também ilustra a difícil constituição de um campo cultural com regras profissionais reconhecidas, e entre 1968 e 1974 se produziu uma segmentação tão radical que fica difícil qualquer referência a *uma* sociologia, a *um* campo sociológico. Em um

contexto de intensa politização das camadas médias, os circuitos profissionais organizaram-se em sistemas e sobre bases institucionais desconexas: enquanto a sociologia “nacional” lutava contra uma sociologia “marxista” na Universidade, os herdeiros da sociologia “científica” permaneciam em centros de investigação privados e conectados às redes da comunidade internacional. Raramente existiram debates. O usual foi uma ignorância recíproca fundamentada na convicção, esta sim compartilhada, de que entre a reflexão de uns e de outros nada havia em comum.

A particularidade do panorama sociológico na Argentina reside na coexistência dos três estilos sociológicos [...]. Cada um dispôs de um âmbito de poder institucional, de um círculo de interlocutores se inter-legitimando, de alguma forma de comunicação específica. Cada uma e todas em conjunto conseguiram evadir qualquer forma de confrontação, negando-se reciprocamente o caráter de interlocutores válidos (DELICH, 1977, p. 28).

Os vaivens governamentais deram uma transcrição institucional a esses cortes. O problema observado por Halperin Donghi em 1958 – “era preciso constituir bancas avaliadoras para todas as cátedras, o que teve como consequência natural que quase todas as pessoas capazes de integrá-las aspiravam também a ocupar postos vagos” – estabeleceu-se com regularidade. É possível que os concursos posteriores a 1983 tenham modificado o estado das coisas, mas até então não foram poucos os sociólogos argentinos obrigados a se apresentar mais de uma vez ao mesmo concurso, às vezes

17. Diana Quatrocchi-Woisson lembra que durante a campanha eleitoral de setembro de 1987 um cartaz apresentava os retratos de San Martín, Rosas e Perón com a legenda: “os paladinos da libertação”.

para o mesmo posto, já que os critérios de avaliação, explícitos ou implícitos, sofriam sucessivas alterações.

Os intelectuais latino-americanos tiveram um papel preponderante na invenção da Nação. Os argentinos, que a haviam fundado como projeto de futuro, dedicaram-se a construir um passado quando este futuro já não parecia mais assegurado. Enquanto mexicanos e peruanos puderam recorrer a referentes culturais autóctones, a invenção de um passado mítico em uma sociedade de fronteiras devia começar do zero, ou quase. E, à falta de um passado originário, os historiadores argentinos criaram dois.

Além disso, os revisionistas atribuíram à cultura política argentina uma dimensão – o anti-intelectualismo – compartilhada com os escritores nacionalistas de ultradireita europeus do início do século; como para estes, suas “abstrações” os haviam feito perder o sentido da nação. Isso os diferencia de correntes importantes de intelectuais nacionalistas latino-americanos: os brasileiros, por exemplo, que outorgavam à *intelligentsia* um papel preeminente na condução do país. Para estes historiadores argentinos, o intelectual, a cultura, foram categorias suspeitas. Associadas à ideia de “civilização” inimiga da “pátria”, estas noções conferiram à cultura argentina um traço singular na América Latina: retomada pelo nacionalismo populista, a expressão gandhiana, “a dureza do coração dos homens cultos” acabou ligada à noção de intelectual. O termo “*intelligentsia*” foi cunhado para designar intelectuais deslumbrados pelas luzes das metrópoles – os quais, desde Sarmiento até o movimento universitário reformista, passando por *Sur* e *La Nación*, teriam traído friamente a pátria e as massas que se expressavam através de chefes plebiscitários como Rosas, Yrigoyen, Perón. “Não acredi-

to, por certo, que Frondizi possa realizar a grande revolução que o povo argentino indubitavelmente fará [...] É demasiadamente intelectual, demasiadamente frio”, disse Scalabrini Ortiz de Arturo Frondizi (GALLASSO, 1975, p. 73). A repreensão aos intelectuais cosmopolitas não é de modo algum especificamente argentina. Encontra-se na cultura anglo saxônica, nas direitas europeias e nas sociedades periféricas que procuram afirmar sua identidade nacional. Mas não é frequente a inscrição na cultura política de uma tão forte associação entre “intelectuais” e “anti nação”.

Não podemos ignorar aqui as observações de Pierre Bourdieu (1993, p. 387), que “o anti-intelectualismo assedia, de maneira endêmica, as categorias inferiores da *intelligentsia*”, e, para completar a panóplia da cultura populista, a frequência das “tentativas de escritos e artistas de segunda ordem que apelam ao ‘povo’ e invocam imperativos da ‘arte social’ ou ‘popular’ para impor sua regra a quem detém autoridade específica no campo”.

Estes “efeitos de campo” sobre “intelectuais dominados” permitem sem dúvida explicar grande parte das atitudes tomadas pelos intelectuais populistas. Mas suas consequências políticas não são redutíveis a estratégias culturais de “intelectuais proletaróides”. É preciso introduzir outras dimensões para explicar sua influência sobre práticas políticas e culturais. Outras dimensões são necessárias também para compreender que o nome “intelectual” tenha ficado ideologicamente marcado.

5 Um campo cultural periférico

Observa-se uma limitação importante na utilização do conceito de Bourdieu para o estudo das sociedades latino-americanas, já que nestas “um setor decisivo dos sistemas

de referência está ostensivamente radicado em centros externos que tem o papel de metrópoles ou polos culturais” (ALTAMIRANO; SARLO, 1983, p. 85). Compreende-se assim a irônica observação de Oscar Masotta sobre a sorte reservada a Borges pela esquerda:

Adolfo Prieto, baseando-se em Sartre, disse que sua poesia não era poesia, que seus ensaios não eram mais que folhas ou apontamentos esporádicos, sugerindo que o prestígio de Borges remontava à mentalidade estéril de um grupo de extraordinários. Enquanto tudo isso ocorria dentro do livro de Pietro, Sartre conhecia na França a obra de Borges e fazia com que ela fosse publicada na revista que muito certificou o seu modo de compreender o compromisso, permitindo ser rotulada de extraordinária. Em *Les Temps Modernes* a obra de Borges adquire então sentido (MASOTTA, 1965, p. 47).

De modo mais geral, é possível afirmar que a atividade cultural nas sociedades periféricas remete a instâncias de consagração externas e, ao mesmo tempo, interioriza critérios externos de valorização. Estas duas dimensões se determinam reciprocamente: a importância acordada aos centros culturais metropolitanos acentua o caráter escorregadio das hierarquias internas, estimulando a busca de instâncias exteriores incontestáveis. Este processo de retroalimentação, por sua vez, influi sobre as relações entre poder e cultura na medida em que a vacilante legitimidade das instituições culturais diante dos intelectuais eles mesmos, faz com que sejam vulneráveis às intervenções do poder político.

Em alguns casos, as instâncias internacionais cumprem o papel que lhes é próprio – desde o prêmio Formentor para Borges até os da Casa das Américas para a plê-

iade de escritores dos anos sessenta. No entanto, é comum encontrarmos correntes de pensamento, autores, estilos, temas e até disciplinas inteiras em voga nos países centrais, adotadas um tanto bovaristicamente em função de estratégias internas dos campos. A constituição de grupos intelectuais faz-se acompanhar da renovação de temas e estilos, uma vez que tem sua identidade nutrida por um *puzzle* de referências exteriores. A “dependência cultural”, como outras, está sujeita à gestão do acesso aos espaços metropolitanos, realizada pelos grupos do campo cultural nacional. No âmbito da cultura essa gestão é, invariavelmente, uma combinação da função universalista dos “heróis modernizadores” com o esforço particularista de, dentro das lutas pela “distinção cultural”, apoiar-se na modernidade.

O reconhecimento de centros metropolitanos, seja para recusá-los ou para neles apoiar-se, é uma condição comum aos campos culturais das sociedades periféricas que lhes restringe a autonomia. Mas não é somente o fator *externo* que ameaça a autonomia cultural, como não o são, tampouco, as intervenções governamentais, ou, mais geralmente, as interferências provenientes das “instâncias que pretendem legislar em matéria cultural em nome de um poder ou uma autoridade que não são propriamente culturais”, segundo o enunciado de Pierre Bourdieu. Outro elemento deve ser acrescentado para compreendermos a especificidade do espaço cultural argentino. Como ilustram as batalhas do revisionismo histórico contra a história convencional e as lutas entre as sociologias nos anos sessenta, a autonomia do campo intelectual depende também dos modos de representação do político construído pelos intelectuais.

Isso implicaria reduzir a sua função estratégica no espaço cultural aos valores políti-

cos ou ideológicos utilizados pelos intelectuais? A resposta é negativa, já que os conflitos intelectuais, carentes de mediações institucionais reconhecidas, frequentemente expressaram lógicas propriamente políticas. Foi precisamente isso o que Ernesto Palacio tinha em mente quando, em julho de 1947, disse:

[...] naquela época não havia nenhuma possibilidade de constituir um elenco de primeira qualidade, porque para isso era imprescindível uma família teatral unida. [...] Assim como não se podia escolher atores, tampouco se podia escolher obras de teatro porque, dada a divisão interna das agremiações teatrais, os atores de um lado se negavam a representar as obras dos autores do outro campo. (QUATROCCHI-WOISSON, 1989).

Se a literatura oferece exemplos de “sistemas intelectuais precários” – segundo Altamirano e Sarlo –, lá onde se trata de interpretar a sociedade essa precariedade se exacerba. Em diversos momentos os conflitos intelectuais pareceram ter tido a faculdade de minar o reconhecimento de instituições e hierarquias, poder que era a um só tempo causa e resultado da escassa capacidade dos grupos intelectuais para manejar seus desacordos. As legitimidades, precárias, tendiam facilmente a se segmentar, expostas como estavam a uma transcrição muito direta de divisões ideológicas-políticas não mediadas por critérios culturais consensuais. Foi assim que as instituições culturais argentinas ficaram submetidas tanto às mudanças de humor ideológicas dos intelectuais – e das camadas cultas – como a muito mais evidente coerção do Estado.

Essas duas dimensões – a relação com as metrópoles e as interferências da esfera política – enervam as estruturas próprias do campo cultural. Elas são fonte de distorções que tornam árdua a utilização dos conceitos bourdieusianos, mas também são os lugares privilegiados de constituição dos intelectuais enquanto tais, ou seja, como mediadores entre as instâncias que a autonomização dos campos separa. Neste sentido, a experiência argentina sugere que uma menor autonomia do campo cultural com relação ao político pode significar o fortalecimento do papel do intelectual¹⁸.

Novamente: aquilo que segundo a teoria dos campos constitui uma ameaça à autonomia cultural é um elemento central à análise dos intelectuais. A política ou a ideologia serão fatores *externos e perturbadores* quando o foco estiver localizado no campo cultural, e serão fatores *internos e essenciais* quando se tratar de examinar a ação do intelectual.

Os intelectuais argentinos, e os latino-americanos de maneira geral, foram e são mediadores *entre* espaços culturais, como já destacaram J. Friedmann e outros. Eles podem também cumprir uma função “universal”, que é a de “intermediários entre os valores comuns e centrais e os paradoxos de uma atualidade ambígua”, nas palavras de François Bourricaud (1980, p. 24). Por último, eventualmente assumem, assim mesmo, uma terceira forma de mediação que é, para Alain Touraine (1985, p. 28), aquela do “go between, que está nessa imensa zona onde se vai tratar do fazer institucional, ainda que não seja mais pela palavra a entrada dessas demandas no campo público”, o que,

18. É por isso, acreditamos, que P. Bourdieu (1993, p. 462), em seu *Post-scriptum* “normativo”, afirma que “o intelectual é um paradoxo que não pode ser pensado como tal se for apreendido mediante a alternativa obrigatória entre autonomia e compromisso, entre cultura pura e política”, *op. Cit.*

em outros contextos, foi caracterizado por Richard Morse como a “missão histórica tutelar de ‘incorporar’ grupos despossuídos de uma etnicidade distinta a uma cultura ocidental de definição incerta”.

A história dos intelectuais argentinos combinou essas três formas, certamente heterogêneas, de mediação, proporcionando a emergência de três configurações históricas principais de intervenção intelectual coletiva no espaço público: as elites nacionalistas, o corpo universitário, a *intelligentsia* contestatória. Constituídas em redes e animadas por ideias frequentemente opostas, essas configurações estiveram fundadas sobre concepções muito diferentes acerca do papel do intelectual, e conheceram seu apogeu em momentos históricos diferentes: as elites nacionalistas que desde 1930 acompanharam os sucessivos golpes militares; o corpo universitário que toma forma em 1943 e se esgota paralelamente à radicalização das classes médias; e a *intelligentsia* politizada, que não sobreviverá à ditadura.

Se as elites nacionalistas se definiram como conselheiros do príncipe, os universitários e a *intelligentsia* contestatória foram formas de ação típicas dos intelectuais latino-americanos, os quais “privilegiam a missão social do intelectual sobre a função crítica da inteligência”. Os universitários elegeram a “missão da Universidade”, e a *intelligentsia* marxista ou nacional-populista definiu a sua como a de porta-voz da nação, do povo, da classe operária.

REFERÊNCIAS

- ALTAMIRANO, C.; SARLO, B. *Literatura y Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1983.
- BÉNICHOU, P. *Le sacre de l'écrivain, 1750-1830: Essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France modern*. Paris: Gallimard, 1996.
- BOURDIEU, P. *Le marche des biens symboliques*. Paris: MSH, s/d.
- BOURDIEU, P. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1993.
- BOURRICAUD, F. *Essai sur les intellectuels et les passions démocratiques*. Paris: PUF, 1980.
- BUCHRUCKER, C. *Nacionalismo y Peronismo: la Argentina en la crisis ideológica mundial (1927-1955)*. Buenos Aires: Sudamerica, 1987.
- CANITROT, A. et al. *Intelectuales y política en Argentina*. *Debates*, Buenos Aires, año 2, n. 4, p. 4-8, oct./nov. 1985.
- DELICH, F. *Crítica y autocrítica de la razón extraviada*. Caracas: El Cid Editor, 1977.
- FLISFISCH, A. *Algunas hipótesis sobre la relación entre intelectuales y partidos políticos em Chile*. In: ARROSA SOARES, M. S. (Comp.) *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: CNPq, 1985.
- FRIEDMANN, J. *Intellectuals in Developing Countries*. *Kyklos*, v. 13, 1960.
- GALASSO, N. Scalabrini Ortiz. *Cuadernos de Crisis*, Buenos Aires, 1975.
- HALPERÍN DONGHI, T. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.
- LEMPÉRIÈRE, A. *Intellectuels, Etat et Société au Mexique: XX siècle*. Paris: L'Harmattan, 1992. p. 19-25.
- MASOTTA, O. *Literatura y Sociedad*, año 1, n. 1, oct./dic. 1965.

QUATROCHI-WOISSON, D. *Combats historiographiques et idée nationale*. Tesis no publicada. Paris, 1989.

SÁBATO, J. *La Clase Dominante en la Argentina moderna*. Buenos Aires: CISEA/Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

SVAMPA, M. *El dilema argentino: Civilización o Barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1994.

TERÁN, O. *Positivismo y nación en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

TOURAINÉ, A. *La parole et Le sang*. Paris: Odile Jacob, 1988.

TOURAINÉ, A. *América Latina y sus intelectuales. Crítica y Utopía*, n. 13, 1985.

VIÑAS, D. *De Sarmiento a Cortázar*. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1985.

WILLIAMS, R. *Cultura: Sociología de la comunicación y del arte*. Barcelona-Buenos Aires: Paidós, 1981.

WINOCK, M. *Esprit: des intellectuels dans la cité. 1930-1950*. Paris: Points Seuil, 1996.

NOTA SOBRE A AUTORA

A Socióloga Silvia Sigal foi professora da Universidade de Buenos Aires e desde 1973 reside em Paris atuando como pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e compondo o Centre d'Études des Mouvements Sociaux (CEMS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Dentre suas temáticas de pesquisa encontram-se o estudo do peronismo, dos intelectuais e dos discursos políticos na Argentina.

Recebido em: 11.09.11

Aprovado em: 23.03.12